



CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A

Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto, Dourados, Mato Grosso do Sul, CEP 79.826-070.

CNPJ: 07.327.045/0001-14

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Notas Explicativas.
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Relatório dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas em 31/03/2023 no site

<http://www.corporeinvest.com.br/>

A Diretoria da **Corpore** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Marcelo Susumu Takahashi Fuziy
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3

Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto
Dourados, Mato Grosso do Sul, CEP 79.826-070
Tel.: (67) 3416-4600



Termo Declaratório

Eu, MARCELO SUSUMU TAKAHASHI FUZY, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do RG nº 395.512 SSP/MS e do CPF sob nº 475.627.491-91, residente e domiciliado à Rua Alameda das Hortências nº15, CEP 79826-290, na cidade de Dourados, mato Grosso do Sul assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Março de 2023

Marcelo Susumu Takahashi Fuziy
Diretor Responsável

Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto
Dourados, Mato Grosso do Sul, CEP 79.826-070
Tel.: (67) 3416-4600



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: A Corpore Sociedade de Crédito Direto S/A, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM DEZEMBRO DE 2022 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Corpore Sociedade de Crédito Direto S/A, constituída em 14 de abril de 2005, tem por objeto a concessão de crédito a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, equiparando-se às instituições financeiras para efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo



comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A Corpore Sociedade de Crédito Direto S/A, avaliou os eventos subsequentes até o dia 10 de março de 2023, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As



rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN (nota explicativa nº 5).

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias: as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação



fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	106	10
Certificado de Depósito Bancário	106	10

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo a composição das operações de crédito.

	31/12/2022			31/12/2021		
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	1.081	0	1.081	196	0	299
Títulos Descontados	458	0	458	104	0	104
Financiamentos	0	0	0	14	0	14
	<u>1.539</u>	<u>0</u>	<u>1.539</u>	<u>314</u>	<u>0</u>	<u>314</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15	0	15	2	0	2
	<u>1.524</u>	<u>0</u>	<u>1.524</u>	<u>312</u>	<u>0</u>	<u>312</u>

Constituição para provisão para crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:

<u>Nível de risco</u>	<u>% de Provisionamento</u>	31/12/2022		31/12/2021	
		<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
A	0,50%	1.513	7	313	2
B	1,00%	0	0	0	0
C	3,00%	0	0	01	0
D	10,00%	0	0	0	0
E	30,00%	26	8	0	0
F	50,00%	0	0	0	0
G	70,00%	0	0	0	0
H	100,00%	0	0	0	0
		<u>1.539</u>	<u>15</u>	<u>314</u>	<u>2</u>

6. OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos diversos é composto da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Diversos	317	290
Impostos a Compensar	295	290
Devedores Diversos	22	0

7. IMOBILIZADO

O ativo permanente da instituição é composto por Móveis e Equipamentos de uso com taxa de depreciação de 10% a.a. e Veículos com taxa de depreciação de 20% a.a.

	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado	76	110
Móveis e Equipamentos	274	274
Veículos	31	31
(-) Depreciações Acumuladas	229	195

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	31/12/2022	31/12/2021
Outras Obrigações	299	12
Cobrança e Arrecadação de Tributos	1	2
Sociais e Estatutárias	0	0
Fiscais e Previdenciárias	290	1
Credores Diversos País	8	9

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em reais



Capital Social

O capital social ao final de 2022 era de R\$ 2.000.000,00.

Prejuízos Acumulados

Em 2022 a instituição detém prejuízo acumulado de R\$ 549.990,62

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Valores em reais

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Contas de Resultado Credoras	1.461.298,07	331.312,49
Contas de Resultado Devedoras	-363.814,48	-409.787,62
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	1.097.483,59	-78.475,13
(+) Adições	21.495,57	9.658,36
(-) Exclusões	-415,26	0
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	1.118.563,90	-68.816,77
(-) Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	-68.816,77	0
Lucro Tributário Real	1.049.747,13	-68.816,77
Imposto de Renda – (15% + 10% adicional)	238.436,78	0
Contribuição Social- 9%	94.477,24	0

Nota 11. Outras Informações

a) Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Comunicações	(2)	(4)	(6)
Processamento de Dados	(14)	(30)	(21)
Seguros	(1)	(2)	(1)
Serviços do Sistema Financeiro	(12)	(13)	(6)
Serviços de Terceiros	(3)	(5)	(9)
Serviços Técnicos Especializados	(13)	(35)	(31)
Depreciação e Amortização	(17)	(34)	(23)
Outras Despesas Administrativas	(15)	(32)	(43)
Total	(77)	(155)	(140)

b) Despesas de Pessoal

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Proventos	(55)	(90)	(88)
Encargos	(15)	(28)	(25)
Benefícios	(4)	(6)	(4)
Outros		()	-
Total	(74)	(124)	(117)

c) Despesas Tributárias

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
COFINS	(18)	(44)	(10)
PIS	(4)	(10)	(2)
Tributos e Taxas	(1)	(3)	(4)
Total	(23)	(57)	(16)



12. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;



RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

13. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

Valores em reais

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 97,46% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de junho de 2022 em R\$ 1.725.009,90.

14. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 4966/2021

A Resolução CMN n° 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1° de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.



A Lei nº 14.467/2022 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

Tanto a Lei 14.467/2022 quanto a Resolução 4966/2021 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Instituição.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: Constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos a serem implementados, em atividades a serem cumpridas que vão desde o início de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas complementares a serem emitidas pelo BACEN para adoção de critérios e metodologias opcionais. Os impactos nas Demonstrações contábeis serão divulgados mais adiante, após a definição completa do arcabouço regulatório por parte do Banco Central do Brasil.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findo em 31/12/2022 foi autorizada pelos sócios da Corpore Sociedade de Crédito Direto S/A , em 10 de março 2023.

Marcelo Susumu Takahashi Fuziy
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador

Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto
Dourados, Mato Grosso do Sul, CEP 79.826-070
Tel.: (67) 3416-4600

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
ATIVO				PASSIVO			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		1.948	612	CIRCULANTE		299	12
Disponibilidades		1	0	Depósitos		0	0
				Outros Depósitos		0	0
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		0	0	Obrigações por empréstimo		0	0
Aplicações no Mercado Interno		0	0	Empréstimos no País - Outras Instituições		0	0
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos		106	10	Outras obrigações		299	12
Carteira Própria		106	10	Cobrança e arrec. de tributos		1	2
Operações de crédito		1.524	312	Sociais e Estatutárias		0	0
Operações de crédito		1.539	314	Fiscais e Previdenciárias		290	1
(-) Provisões p/ operações de cred.liquid. Duv		-15	-2	Diversas		8	9
Outros créditos		317	290	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.725	710
Adiantamento Imobilizado Fornecedores		0	0	Capital Social		2.000	1.750
Diversos		317	290	Capital		1.750	1.750
NÃO CIRCULANTE		76	110	Aumento de Capital		250	0
Imobilizado		76	110	Reserva de Capital		0	0
Outras Imobilizações de Uso		305	305	Reserva de Lucros		0	0
(-) Depreciações Acumuladas		-229	-195	Lucros/(Prejuízos) acumulados		-275	-1.040
TOTAL DO ATIVO		2.024	722	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		2.024	722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
<small>*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</small>				
	Notas	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>476</u>	<u>1.262</u>	<u>192</u>
Operações de crédito		157	938	192
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		9	14	0
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		310	310	0
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>-11</u>	<u>-15</u>	<u>-10</u>
Operações de empréstimos e repasses		0	0	0
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-11	-15	-10
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>465</u>	<u>1.247</u>	<u>182</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>-51</u>	<u>-143</u>	<u>-261</u>
Receitas de prestação de serviços		28	28	0
Rendas de tarifas bancárias		74	146	127
Despesas de pessoal		-74	-124	-117
Outras despesas administrativas		-76	-155	-140
Despesas tributárias		-23	-57	-16
Outras Receitas Operacionais		24	24	12
Outras despesas operacionais		-4	-5	-127
RESULTADO OPERACIONAL		<u>414</u>	<u>1.104</u>	<u>-79</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		<u>-7</u>	<u>-7</u>	<u>0</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		<u>407</u>	<u>1.097</u>	<u>-79</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>-132</u>	<u>-332</u>	<u>0</u>
Provisão para imposto de renda		-94	-238	0
Provisão para contribuição social		-38	-94	0
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>275</u>	<u>765</u>	<u>-79</u>
Lucro por ação		0,1375	0,3825	(0,0451)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>275</u>	<u>765</u>	<u>-79</u>
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>275</u>	<u>765</u>	<u>-79</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de Dezembro 2020	1.750	33	245	-	-	(1.239)	789
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	(79)	(79)
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	(33)	-	-	-	33	-
- Reservas Estatutárias	-	-	(245)	-	-	245	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	1.750	-	-	-	-	(1.040)	710
Mutações do Exercício	-	(33)	(245)	-	-	199	(79)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de dezembro 2021	1.750	-	-	-	-	(1.040)	710
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	-	-	-	250	-	-	250
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	765	765
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2022	1.750	-	-	250	-	(275)	1.725
Mutações do Exercício	-	-	-	250	-	765	1.015
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 30 de junho 2022	1.750	-	-	250	-	(550)	1.450
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	275	275
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2022	1.750	-	-	250	-	(275)	1.725
Mutações do Exercício	-	-	-	-	-	275	275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A

CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais			
1.1 Lucro/Prejuízo do período	275	765	-79
1.2 Ajustes por Depreciação	17	33	35
1.3 Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	14	-27
2. Variação de Ativos e Obrigações	-303	-811	465
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	180	154	10
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-564	-1.225	471
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-25	-27	-2
2.4 Outros valores e bens	0	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	106	288	-5
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0	0	0
2.7 Aumento (Redução) Diversos	0	-1	-9
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	0	1	394
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	0	0	0
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	0	0	0
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	0	0	-395
5.1 Depósitos	0	0	0
5.2 Empréstimos País	0	0	-395
5.3 Dividendos pagos	0	0	0
5.4 Capital Social/Reservas		0	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	0	1	-1
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1	0	1
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1	1	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



RA 445/2023

Relatório de Auditoria

Art. 21, II, a, da resolução 4.910/21

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

Corpore - Sociedade de Crédito Direto S/A

Dourados - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Corpore - Sociedade de Crédito Direto S/A**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e a respectiva demonstração de resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Corpore - Sociedade de Crédito Direto S/A**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Corpore - Sociedade de Crédito Direto S/A**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras do exercício de 2021, apresentadas nestas demonstrações para comparabilidade, não foram submetidas à auditoria independente.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **Corpore - Sociedade de Crédito Direto S/A** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis foi submetida a nossa apreciação para fins de manifestação.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da **Corpore - Sociedade de Crédito Direto S/A** é responsável pela elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Corpore - Sociedade de Crédito Direto S/A** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Chapecó, 15 de Setembro de 2023

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCSC 04159/O-6

Eduardo Augusto Melere
Contador CRCSC 035.595/O-2

EDUARDO AUGUSTO
MELERE:05207119982

Assinado de forma digital por
EDUARDO AUGUSTO
MELERE:05207119982
Dados: 2023.09.15 09:37:38 -03'00'